

O VALE DO JEQUITINHONHA EM NÚMEROS: uma análise quantitativa da Microrregião Homogênea de Capelinha

THE VALLEY OF JEQUITINHONHA IN NUMBERS: a quantitative analysis of the Homogeneous Microregion of Capelinha

Ana Luiza Tauffer **Caldas** – UFMG – analuiza.caldas@hotmail.com
Vanessa Marzano **Araujo** – UFMG – vanessamarzano@yahoo.com.br
Eduardo Magalhães **Ribeiro** – UFMG – eduardomr@pq.cnpq.br
Lucas Rocha **Santos** – UFMG – lucasrochalrs95@hotmail.com

RESUMO

O Alto Jequitinhonha, localizado a nordeste de Minas Gerais, passou por várias transformações históricas no seu processo de “desenvolvimento”, mas sempre teve presença marcante da agricultura familiar, grande responsável pela oferta de alimentos, garantindo segurança e soberania alimentar nessa região. A Microrregião Homogênea (MRH) de Capelinha é parte do Alto Jequitinhonha, e centro deste trabalho, que tem como objetivo analisar as características demográficas e produtivas dessa MRH a partir de bases quantitativas de acesso público, que são: Censo Agropecuário 2006; Censo Demográfico 2010; Índice Mineiro de Responsabilidade Social; Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Os dados revelaram características singulares da demografia, produção e recursos naturais desse território.

Palavras-chave: agricultura familiar; Censos; territórios; desenvolvimento.

ABSTRACT

Alto Jequitinhonha, located northeast of Minas Gerais state, underwent several historical transformations in its “development” process, but always had a strong presence of family farming, which is responsible for the food supply, guaranteeing food security and sovereignty in this region. The Homogeneous Microregion (MRH) of Capelinha is part of Alto Jequitinhonha, and center of this work, whose objective is to analyze the demographic and productive characteristics of this MRH from quantitative bases of public access, which are: Agricultural Census 2006; Demographic Census 2010; Social Responsibility Index of Minas Gerais state; Development Plan for the Jequitinhonha Valley. The data revealed unique characteristics of the demography, production and natural resources of this territory.

Keywords: family farming; Censuses; territories; development

INTRODUÇÃO

Minas Gerais é uma das 27 Unidades da Federação brasileira que, segundo a última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), conta com 586.522.122 km² e 21,1 milhões de habitantes. Devido a sua vasta extensão, existe grande diversidade de características físicas,

naturais, sociais e econômicas, por isso o IBGE dividiu esse estado em mesorregiões e microrregiões homogêneas, com a finalidade de facilitar as intervenções públicas e de desenvolvimento.

Em Minas Gerais, dentro da mesorregião do Jequitinhonha, a Microrregião Homogênea (MRH) de Capelinha é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar e pelo ativo contraste entre o latifúndio plantado com eucaliptos e a pequena unidade familiar. Essa categoria da agricultura no Brasil é responsável por grande parte da produção de alimentos como mandioca, milho, feijão, banana, hortaliças, leites e carnes, que abastece os mercados e chega à mesa do brasileiro (a). A agricultura familiar é fundamentada na família, que forma unidades de reprodução da cultura material e imaterial, nesta MRH a agricultura familiar agrega-se em comunidades, onde se compartilha a história e o conhecimento sobre o ambiente. E, geralmente, sua produção está presente em mercados locais, contribuindo para a segurança e soberania alimentar regional.

Os estudiosos e formuladores de políticas públicas entenderam que a agricultura familiar passou por diversas transformações e que as ações em apoio a esses agricultores devem ser pensadas levando em conta as especificidades territoriais. Visto sua grande importância para o desenvolvimento rural no Brasil, veem sendo repensadas e rearticuladas as estratégias de intervenções e políticas públicas voltadas para esse grupo, como, por exemplo, a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1993 (SOUZA, 2019).

O debate e a criação de políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar permitem a melhora da qualidade de vida da população em diversos aspectos, como na garantia da segurança alimentar, conservação da biodiversidade e das paisagens locais, proteção da cultura material e imaterial, dentre outras.

O objetivo deste trabalho é analisar as características demográficas e produtivas da MRH de Capelinha a partir de bases quantitativas de acesso público, que são: Censo Agropecuário 2006; Censo Demográfico 2010; Índice Mineiro de Responsabilidade Social; Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A sistematização dessa base de dados irá contribuir para o domínio de informações para pesquisas, planejamento rural, ações de extensão e intervenções de programas públicos. A estrutura do texto foi organizada em três seções principais, além da introdução e considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico que foi subdividido em quatro eixos: regionalizações, agricultura familiar e desenvolvimento rural, Vale do Jequitinhonha e Microrregião Homogênea de Capelinha. Na terceira seção discute-se a metodologia adotada no trabalho, subdividida em Área de Estudo e A Pesquisa. A seção seguinte apresenta os resultados e discussões que foi subdividido em: A demografia e seus aspectos, Programas Públicos e Agropecuária.

Referencial teórico

Regionalizações

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) delineou as mesorregiões e microrregiões homogêneas do Brasil na década de 1960, a fim de facilitar um sistema de análise e o desenvolvimento de estudos voltados para o planejamento regional. Dessa forma, as microrregiões são constituídas por unidades de análise menos individualizadas que o município, permitindo o acesso a maior quantidade de informações (ANTUNIASSI, 1989).

As microrregiões são parte das mesorregiões, que apresentam especificidades quanto a organização do espaço. Para o IBGE (2015), a mesorregião é

uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 2015, p.1)

Assim, este espaço, denominado mesorregião, tem uma identidade regional construída pela população local ao longo do tempo (IBGE, 1992). A partir das mesorregiões, percebeu-se que agrupamentos ainda menores de municípios têm especificidades maiores entre si, referentes a estrutura de produção agropecuária, extrativista mineral, industrial ou de pesca. Isso resulta no aparecimento de relações sociais e econômicas particulares, ou seja: dentro de uma mesorregião pode haver estruturas de produção diferentes, que conferem identidades sub-regionais diferentes (IBGE, 1990).

Para definir o nível de desenvolvimento urbano e rural, o IBGE usou indicadores sócio econômicos, além das características físicas da área para definição das microrregiões homogêneas (MRH). Para o IBGE (1990), as microrregiões são conjunto de municípios, que juntos

não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990).

Minas Gerais foi dividido em 12 mesorregiões e 64 microrregiões (PEREIRA; HESPANHOL, 2015). Essas regionalizações foram criadas a fim de permitir levantamentos de dados estatísticos que possam auxiliar instituições governamentais, empresas e sociedade civil, informando sobre parte da realidade socioeconômica e natural, propondo estratégias de intervenções (PEREIRA; HESPANHOL, 2015).

Essa divisão de regiões é utilizada na construção e aplicação de políticas públicas, em níveis federal ou estadual, ou no direcionamento de pesquisas, de forma a ter locais com características produtivas homogeneizadas como referências. Como para intervir em um determinado local é recomendável que se tenha conhecimento prévio sobre a estrutura econômica e social existente, saber identificar a origem do problema, e formular alternativas cabíveis ao local, as ações de nível federal e estadual serão facilitadas de acordo com o agrupamento de municípios em microrregiões.

Agricultura familiar e desenvolvimento rural

A definição de agricultura familiar e sua dinâmica é uma tarefa complexa, já que há uma grande diversidade de formas dentro da categoria, que variam de acordo com o espaço e o tempo em que estão inseridas, com diversas lógicas de reprodução e intimidade com o meio, o que leva a variadas dinâmicas do cotidiano. Para a legislação brasileira, Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), agricultor e agricultora familiar são definidos por:

- I - Possuir, a qualquer título, área menor do que quatro módulos fiscais;
- II - Por utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento;
- III - Por ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e;
- IV - Por dirigir seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Mas essa é, ainda, uma definição limitada, que apresenta a vantagem de, superando as definições anteriores, colocar a família como base da unidade de produção, e enfatizar a expressiva interação com aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos locais. A agricultura é a principal fonte de renda e a família é a fonte da força de trabalho; sendo assim, a reprodução

da agricultura familiar está intimamente ligada à herança, à capacidade de gestão e ao trabalho familiar (LAMARCHE, 1997).

O território em que essas famílias se alocam influencia e é influenciado pelo seu modo de viver, já que os recursos necessários para consumo e produção estão nos próprios terrenos, nas áreas comuns e nos arredores, e os costumes muitas vezes definem as normas específicas de uso. Assim, a degradação ou conservação dos recursos naturais da região transforma diretamente a reprodução dessas populações, afetando a vida e cotidiano, diferentemente do que acontece no meio urbano (CHIODI, 2009). Com a consciência de que dependem e, ao mesmo tempo, moldam o uso dos elementos naturais, as famílias aprendem na rotina diária a lidar com o ambiente em que estão inseridas, reconhecer as potencialidades e os limites de cada espaço, para assegurar ou não o uso dos mesmos recursos para as gerações futuras. Abramovay (2003) explica que essas populações se organizam em comunidades rurais, espaços físicos que sustentam as responsabilidades e direitos de cada um, constituindo um território. Para garantir que esses não se esgotem, as famílias e comunidades criam estratégias baseadas em regras e normas locais de uso comum de vários recursos, entre eles terra e água.

Desde o início da colonização do Brasil a agricultura passou por diversas transformações, que foram mais intensas a partir da década de 1960 com a “Revolução Verde”, a modernização da agricultura. Atrelado a este contexto, em meados do século XX, ocorreu o maior estímulo ao desenvolvimento industrial no Brasil, o que desencadeou alterações nas bases da agricultura, num momento em que a exportação era o principal fator dinamizador da economia do país (CHIODI, 2009).

Com as transformações na industrialização e agricultura, um novo padrão de desenvolvimento econômico conduziu à exclusão do agricultor e agricultora da ocupação produtiva, levando à diminuição da renda, subordinação da propriedade da terra ao capital, e marginalização pelas políticas públicas de desenvolvimento, causando mudanças no meio rural tradicional, que não conseguiu mais competir em produção, produtividade e escalas econômicas com o empreendimento patronal e capitalista (SILVA, 1982).

Apesar disso, a agricultura familiar no Brasil é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chega à mesa da população. Sua produção está, na maioria, relacionada ao autoconsumo e voltada para atender aos mercados locais, contribuindo para a segurança e soberania alimentar da região em que está inserida. Porém, esta categoria foi deixada de lado por muitos anos pelas políticas públicas, e começou a ser mais discutida com a reorganização das lutas das populações rurais desde o fim da ditadura militar (1964/1985), que acabou levando à instituição, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1993, que a partir de então articulou estratégias de intervenções e políticas públicas com propósito de relacionar desenvolvimento e agricultura familiar, abrindo oportunidade para repensar as bases do desenvolvimento rural (MATTEI *et al.*, 2007).

Neste contexto, a agricultura familiar passou por mudanças, estudiosos e formuladores de políticas públicas começaram a pensar em novos caminhos para o desenvolvimento rural, levando em conta as diferenças territoriais. Souza (2019) ressalta que diferentes usos do espaço rural contribuem para a geração de renda, como o lazer (turismo rural, ecológico, cultural) e a produção para nichos de mercado como produtos orgânicos e artesanais ligados à agricultura familiar. É o que se denomina pluriatividade, Schneider (2005) e Escher *et al* (2014) apontam que uma das mudanças importantes na agricultura familiar foi justamente o crescimento da relevância da pluriatividade, justificadas pela modernização tecnológica e seus efeitos sobre a individualização da agricultura, pela queda da renda agrícola devido ao alto custo da produção, pela contenção da migração campo-cidade e pelas políticas de estímulo às atividades rurais não-agrícolas.

O PRONAF, apesar de se consagrar como primeiro apoio governamental à agricultura familiar, teve um caráter mercantil e produtivista muito evidente, atingindo prioritariamente

aqueles agricultores considerados mais “viáveis” economicamente. As críticas da comunidade acadêmica e movimentos sociais levaram a política a passar por revisões, adotando um foco de desenvolvimento rural, passando a destacar a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar, evidenciando a efetividade da agricultura familiar para garantir a reprodução social das famílias (CARNEIRO & MALUF, 2005).

Mudanças no PRONAF ampliaram a diversidade de categorias de agricultores familiares e criaram novos instrumentos de apoio à multifuncionalidade da agricultura familiar, levando o Programa para além de produção e mercado, por exemplo valorizando a produção de alimentos diversificada e de qualidade e a participação em programas de segurança alimentar, como também a conservação das culturas e tradições (CARNEIRO & MALUF, 2005).

Candiotto (2009) mostra as “funções-chave da agricultura”: contribuição a segurança alimentar, função ambiental, função econômica e função social. A primeira refere-se à produção de alimentos de qualidade para as famílias que produzem e para a população local que compra; atrelada à produção agrícola e pecuária está o interesse de proteção do ambiente, conservando a diversidade biológica e a paisagem para usufruto das gerações seguintes, “herança cultural”. O terceiro e quarto aspecto, função econômica e social, se relacionam através da socioeconomia da região, geração de trabalho e renda, dinamização do comércio/economia local, e a conservação das questões culturais e sociais, como os ritos e a identidade das famílias aos seus locais.

Contudo, agricultura familiar possui um perfil social, econômico, cultural e ambiental afeito à promoção da segurança alimentar e nutricional, por sua tendência ao fortalecimento das estratégias de autoconsumo, diversificação, integração das atividades produtivas e inserção em circuitos locais e regionais de comercialização. Sendo assim, contribuem para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (SHABARUM & TRICHES, 2019).

Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha está situado a Nordeste de Minas Gerais, entre o Norte de Minas e o Mucuri, e corresponde a 14,5% da área de Minas Gerais, com extensão aproximada de 85.000 Km² (IBGE, 2015). Para efeitos de planejamento e ação pública, o Vale do Jequitinhonha foi dividido pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário em três Territórios da Cidadania: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Estes três Territórios, apesar de contínuos, apresentam características bastante diferentes, quanto ao ambiente, histórico e aspectos fundiários. O Médio Jequitinhonha era coberto por florestas, vales abertos com suaves ondulações com forte presença de grandes fazendas de criação. Já no Alto Jequitinhonha composto por cerrados e outras vegetações de transição, forma-se planaltos extensos, cujo nome local é chapada, que estão entre vales profundos e estreitos, denominados grotas, onde há água e terras férteis (GALIZONI, 2000). O Médio e o Baixo Jequitinhonha fazem parte do semiárido mineiro, apresenta como característica marcante a irregularidade ou escassez de chuvas, com histórico de ocorrências periódicas de secas. O vale do Jequitinhonha compreende três biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Acompanhados com suas variações, os biomas estão dispersos em regiões montanhosas, chapadões, vales, compondo uma grande variedade de climas, paisagens e biomas. Devido a esta diversidade, existem formas diferentes de organizar sistemas agrícolas e regimes agrários, destacando a pequena unidade familiar de agricultores, que se autodenominam agricultores tradicionais ou lavradores, com diversas formas de manejo do terreno de acordo com o ambiente em que estão inseridos (RIBEIRO *et al*, 2014).

Segundo Ribeiro e outros autores (2014), a partir da década de 1970 os governos priorizaram programas de desenvolvimento rural e projetos de grande escala no Jequitinhonha, como implantação de eucaliptais, cafeicultura, mineração e construção de barragens. Estes projetos tiveram características comuns: focados no uso de recursos naturais que eram considerados abundantes e/ou subaproveitados, objetivavam grandes escalas de produção,

excluindo dos investimentos a população do lugar, formada por agricultores familiares; não havia criação de empregos e ainda produziam bens primários que receberiam agregação de valor fora da região, o que enfraquecia a economia local. Estes programas eram apresentados como solução para a estagnação econômica da região.

Alguns autores já mostraram que o Território do Alto Jequitinhonha é marcado por comunidades rurais em que há predominância do trabalho familiar, com casamento muitas vezes entre parentes, garantindo aos herdeiros o acesso à terra (RIBEIRO *et al.*, 2005; GALIZONI, 2000).

Microrregião Homogênea de Capelinha

A MRH de Capelinha está inserida nas bacias dos rios Fanado e Itamarandiba, afluentes do importante rio Araçuaí. Além da irresponsabilidade na geração de ocupação e renda, as empresas foram responsáveis também por graves prejuízos ambientais para essa região. Dentre eles: destruição de áreas de recarga de água (chapadas), assoreamento de nascentes, secagem de lagoas, além de ter forçado a concentração do pastoreio nas grotas, causando sérios processos erosivos (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Entre 1975 e 1980, empresas ocuparam as chapadas dessa região com eucaliptos, plantando um terço da área agrícola total, 130 mil hectares. Inicialmente, o quadro de emprego temporário triplicou entre 1975 e 1980. Mas em 1995 esse número regrediu para o mesmo de 1975, em que as reflorestadoras criavam, em média, uma ocupação para 83,33 hectares plantados com eucaliptos, e os estabelecimentos da agricultura familiar mantinham 1 ocupação para cada 4,95 ha, gerando renda anual por hectare cinco vezes maior (RIBEIRO *et al.*, 2007).

O estímulo ao reflorestamento na MRH, através de programas de crédito, transformou profundamente a renda fundiária, transformando as chapadas, conforme salientado por Ribeiro e outros (2007), em “ativos financeiros”, aumentando a pressão de plantio por mantimentos nas grotas, tornando escassas as áreas de culturas. E a renda cobrada pela concessão da terra atingia apenas um terço do volume bruto de produção (RIBEIRO *et al.*, 2007). Porém, as famílias não perderam o fundamento do modo de produzir, caracterizado na produção de mantimentos, trabalho familiar, agroextrativismo, e agroindústria rural. E a comercialização majoritariamente local (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Na década de 1980, o quadro econômico mudou completamente, eliminando as alternativas de emprego para os agricultores que estavam fora da sua atividade principal (a agricultura), fazendo com que estes retornassem a suas terras (RIBEIRO *et al.*, 2007). Segundo estes mesmos autores, o retorno ao rural resultaria em movimentos exigindo inclusão produtiva para as pessoas do campo.

Aspectos revisados por pesquisadores, extensionistas e agências públicas salientavam a dúvida da eficácia da Revolução Verde para o desenvolvimento rural, dando espaço para o questionamento das organizações sociais rurais e movimentos sociais, que foram criando consistência para contestar e propor novas formas para intervenções ao setor público. Então, a partir da década de 1990, programas mais diversos para o desenvolvimento rural do Alto Jequitinhonha, dentre eles, programas específicos para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Alguns programas de gestão participativa, inovando as políticas públicas, e se mantiveram aqueles para produções em grande escala (RIBEIRO *et al.*, 2007). No mesmo período, outros programas como o Bolsa Família, que não atingiam só o rural, mas toda a população do município, também foram criados para salientar o desenvolvimento local.

Segundo Schierholt e Silva Jr (2016), que estudaram fatores de desigualdade de renda no Vale do Jequitinhonha, comparando as cinco microrregiões, a MRH de Capelinha apresenta índices acima da média para a agricultura (maior PIBA – Produto Interno Bruto-Agropecuária –

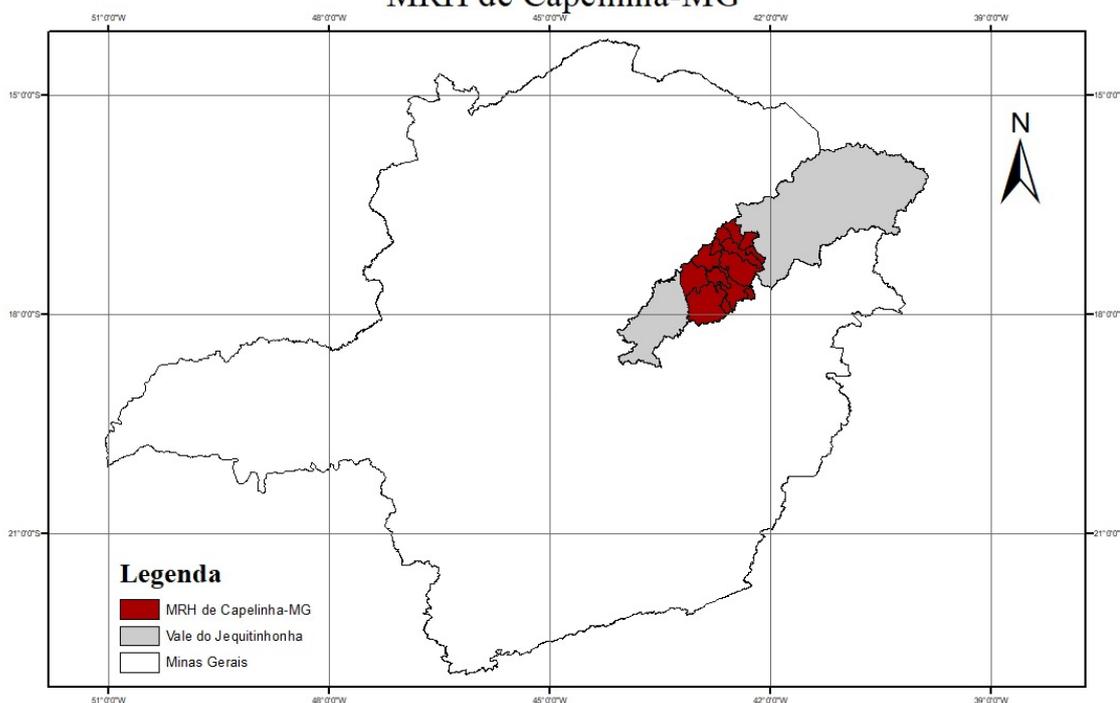
do Jequitinhonha). E abaixo da média para a indústria e, em parte, serviços. Entretanto, Oliveira (2019) destaca que o setor agrícola é o mais sensível da economia a ocorrências de secas, ou seja, quando as secas ocorrem a tendência do crescimento econômico da região é de redução.

Metodologia

Área de estudo

O IBGE dividiu o Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas. O Jequitinhonha é uma mesorregião do IBGE formada por cinco Microrregiões Homogêneas (MRH), entre elas, a MRH de Capelinha, composta por 14 municípios: Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, e Veredinha, representados na Figura 1.

**FIGURA 1 – Mapa da localização da MRH de Capelinha
MRH de Capelinha-MG**



Elaborado: Marcos Antônio Maltez
Fonte de dados: IBGE, 2014
DATUM SIRGAS 2000

Fonte: Maltez, 2018.

A pesquisa

A pesquisa que originou este trabalho teve caráter descritivo e analítico. Informações sobre a Microrregião Homogênea de Capelinha foram levantadas a partir de 4 banco de dados:

- Censo Agropecuário, 2006 – IBGE;
- Censo Demográfico, 2010 – IBGE;
- Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) – Fundação João Pinheiro (FJP);
- Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (PDVJ) – FJP.

Os dados dos Censos (IBGE) foram coletados no SIDRA (Sistema de Recuperação Automática), da plataforma virtual do IBGE. Primeiramente foram estabelecidos os critérios para selecionar os dados que supririam o objetivo da pesquisa quanto à demografia e as características produtivas da MRH de Capelinha. No SIDRA é possível encontrar informações de todas as pesquisas já realizadas pelo IBGE, dentre elas os Censos Demográficos e os Censos Agropecuários.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) é uma plataforma que reúne informações através de 600 indicadores para cada município, com o princípio de responsabilidade social na gestão pública estadual, construída e abastecida pela Fundação João Pinheiro (FJP), órgão de pesquisa e inteligência do governo de Minas Gerais. Como a informação tem por unidade administrativa o município, é possível fazê-la dialogar com o conceito de MRH usado pelo IBGE.

O Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (PDVJ) foi um esforço do governo de Minas Gerais de reunir informações de diversas fontes sobre o Vale do Jequitinhonha. Usou fontes do próprio governo e suas secretarias, de órgãos públicos, do IBGE, de estudos e pesquisas pontuais sobre a região e os Territórios. O PDVJ é dividido em 6 volumes: 1) estratégias e ações; 2) demografia e atividades econômicas principais: estudo de base; 3) desenvolvimento produtivo e meio ambiente; 4) educação, saúde, assistência social, cultura, e segurança pública; 5) infraestrutura, logística e finanças municipais; 6) oficinas participativas: registro técnico e documental.

Assim, este trabalho faz um esforço de compatibilização, mas nem sempre os dados são compatíveis em termos de espaço, tempo e unidade de coleta de informação. A diversidade de metodologia, às vezes, torna impossível o diálogo entre informações para um mesmo município ou para o Território ou para a MRH.

Após a coleta dos dados úteis, estes foram passados por uma série de procedimentos que os tornavam mais adaptados ao propósito deste trabalho, com fácil tradução. Essa organização foi feita em tabelas e gráficos usando a ferramenta Excel.

Foi estabelecido um critério para sequência das informações começando do “macro”, demografia, e indo para o “micro”, a agropecuária; dentro da demografia e da agropecuária também foi estabelecida uma sequência dos dados mais gerais para os mais específicos.

Resultados e discussões

A demografia e seus aspectos

Os dados do Censo Demográfico 2010 revelaram informações quantitativas sobre a população na Microrregião Homogênea (MRH) de Capelinha. A população residente na MRH de Capelinha está quase dividida ao meio entre o urbano e o rural, 54,20% e 45,80%, respectivamente. Ainda na MRH de Capelinha, percentualmente, a população rural (45,80%) é três vezes maior que a população rural (14,71%) de Minas Gerais proporcionalmente a população total de cada localidade. Sendo assim, de acordo com a população total de cada região apresentada, há mais pessoas no rural da MRH de Capelinha do que na média mineira.

A idade da população é outro aspecto que deve ser analisado ao estudar a demografia. A proporção de jovens de 0 a 24 anos na MRH de Capelinha é praticamente igual entre população urbana e rural. O que não acontece entre as pessoas de 25 a 39 anos, que estão pouco mais concentradas no urbano que no rural. As proporções voltam a se equiparar na faixa de 40 a 65 anos de idade. E permanecem proporcionais no grupo com pessoas com mais de 65 anos. Os dados do Censo Demográfico 2010 também revelam o equívoco de algumas literaturas que ressaltam a falta de jovens no rural brasileiro, pois não é o caso da MRH de Capelinha, que

apresenta as mesmas proporções de jovens no campo e na cidade. O mesmo acontece no estado de Minas Gerais.

Os dados mostraram que 93,38% dos domicílios da MRH de Capelinha, em 2010, tinham água canalizada, e 6,62% dos domicílios não tinham água canalizada, que é um valor significativo quando comparado a Minas Gerais, em que apenas 1,40% dos domicílios não têm água canalizada.

Existem pelo menos cinco formas de abastecimento de água, elas são: rede geral; poço ou nascente; carro pipa; água de chuva armazenada; rio, açude, lago ou igarapé. O destaque para o abastecimento de água é da rede geral nas cidades quando comparada com o campo, tanto em Minas Gerais, quanto na MRH, porém proporção de rede geral como forma de abastecimento no urbano (83,81%) é muito mais destoante do rural (2,46%) em Minas Gerais que na MRH (55,72% no urbano e 9,03% no rural, respectivamente). A marcante presença de poço ou nascente se destaca no rural da MRH (24,50%), assim como os dados referentes ao abastecimento com carro-pipa (0,88%), de água de chuva armazenada (1,29%) e rios, açudes ou lago (6,70%), o que pode ser explicado com o quase triplo da proporção de domicílios rurais na MRH em relação a Minas Gerais e às diferenças edafoclimáticas existentes nos territórios do estado de Minas Gerais.

Em 2010, o Censo Demográfico conseguiu captar a existência de energia elétrica nos domicílios rurais e urbanos, mostrando que em todos os quatorze municípios há mais de 99% dos domicílios com presença de energia elétrica, alguns atingem 100% como é o caso de Carbonita, Francisco Badaró, José Gonçalves de Minas e Leme do Prado.

Programas públicos

Dentre as bases de dados pesquisadas para este trabalho, no Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha foram encontradas informações sobre as últimas safras referentes ao PRONAF.

É possível perceber que o número de contratos da safra 15/16 (3.773) na MRH de Capelinha diminuíram em relação aos números de 14/15 (3.933), assim como os valores financiados (R\$18.324.588 da safra 15/16 e R\$22.076.269 da safra 14/15 na MRH estudada). Segundo o extinto Ministério de Desenvolvimento Agrária – MDA (2017), o recorde de operações do PRONAF foi na safra de 14/15, em que os agricultores familiares captaram todo o recurso disponível para o programa. Já nas safras seguintes, as operações e valores foram reduzidos (MDA, 2017).

Outros programas públicos de renda fomentam o desenvolvimento da Microrregião Homogênea de Capelinha, como o Bolsa Família, que atingiu mais famílias entre o período de 2004 e 2010. Porém, aconteceu uma pequena queda no número de famílias beneficiadas entre 2010 e 2016, destacando Chapada do Norte, município com maior queda. Entretanto, a redução do número de famílias não afetou as transferências realizadas neste programa, pelo contrário, o valor financeiro transferido para as famílias aumentou de 2004 para 2016 em todos os municípios.

A agropecuária

O Censo Agropecuário investiga os estabelecimentos e as atividades nele desenvolvidas, a fim de obter características do produtor, da propriedade, da economia e do emprego no meio rural, no que envolve a agricultura, pecuária e agroindústria.

A área dos estabelecimentos diz respeito a estrutura fundiária do local, como as propriedades agrárias estão distribuídas no local. O censo agropecuário de 2006 revela a concentração de grandes áreas de terras na agricultura não familiar, tanto em Minas Gerais,

quanto na MRH de Capelinha. A agricultura familiar é caracterizada por maior número de estabelecimentos com áreas menores. Na MRH de Capelinha quase 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm menos de 10 hectares (ha), apenas 3,24% têm de 50 a 99,9 ha, e nenhum estabelecimento tem 100 ha ou mais. Estes percentuais não divergem tanto de Minas Gerais, apesar do estado apresentar diversas relações edafoclimáticas, que fazem com que haja diferentes tamanhos de módulos fiscais.

Ao se analisar as pirâmides etárias das pessoas que dirigem os estabelecimentos rurais, de acordo com o sexo em Minas Gerais percebe-se a concentração da direção dos estabelecimentos, entre todas as idades, pelos homens, expressando o modelo patriarcal, em que os homens expressam o poder primário sobre a família. O percentual de mulheres gerindo os estabelecimentos cresce conforme o avanço da idade. É possível afirmar que há mais mulheres idosas tanto no rural quanto no urbano, com isso é possível inferir que as mulheres assumem essa função após a ausência dos homens. A MRH de Capelinha apresenta o dobro de mulheres em direção de estabelecimentos rurais, em todas as faixas etárias, quando comparado proporcionalmente ao número de mulheres nessa função em Minas Gerais, revelando o empoderamento das mulheres nessa região.

O Censo Agropecuário 2006 também revelou importantes respostas sobre a ocupação das famílias. A agricultura familiar em Minas Gerais ocupa 62,04% das pessoas, enquanto a agricultura não familiar ocupa 37,95%. Na MRH de Capelinha a ocupação em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar é ainda maior, corresponde a 77,51% enquanto a não familiar 22,49%. Apesar da agricultura familiar ter menor área que a agricultura não familiar, ocupa mais pessoas que a agricultura patronal. Outro dado expressivo revelado é o percentual de mulheres ocupadas na agricultura familiar na MRH de Capelinha, que corresponde a 31,27%, muito próximo do número de homens (46,24%).

Os dados do Censo Agropecuário (2006) também informam sobre as atividades dos agricultores fora do estabelecimento. Em Minas Gerais e na MRH de Capelinha, há uma predominância de atividades econômicas fora dos estabelecimentos da agricultura não familiar, que corresponde a 45,92% dos agricultores patronais em MG e 60,60% na MRH. Porém, esse número também é bastante expressivo na agricultura familiar, já que um terço dos produtores, tanto em MG quanto na MRH, tem atividades econômicas fora dos seus estabelecimentos. As atividades fora do estabelecimento podem ser na própria agropecuária ou não, ou na agropecuária e também em outras não agropecuárias. A pluriatividade dos agricultores familiares está mais concentrada em outras atividades agropecuárias (69,72%), enquanto dos agricultores não familiares está em atividades não-agropecuária (62,98%).

O Censo 2006 também captou informações sobre a produção agrícola, da horticultura, e da agroindústria. Quanto a produtividade agrícola, os dados mostraram que em Minas Gerais a produtividade de arroz da agricultura familiar (2.129 Kg/ha) em relação à agricultura não familiar (4.132 Kg/ha) representou 51,52%. A produtividade do feijão preto da agricultura familiar (689 Kg/ha) foi de 60,30% em relação à agricultura não familiar (1.143 Kg/ha). O feijão fradinho (738 Kg/ha) produzido pela agricultura familiar representou 47,40% da produtividade da agricultura não familiar (1.557 Kg/ha). Com relação à mandioca, a agricultura familiar de Minas Gerais foi mais produtiva (8.7207 Kg/ha) em relação à agricultura não familiar (8.505 Kg/ha) em cerca de 102,38%. A produtividade do milho em grão (4.152 Kg/ha) da agricultura familiar representou cerca de 78,79% da agricultura não familiar (5.263 Kg/ha). A produtividade do café da agricultura familiar (1.345 Kg/ha) representou 77,75% quando comparado a agricultura não familiar (1.730 Kg/ha). A agricultura familiar produziu 1.204 Kg/ha do café canéfora (robusta, conilon em grão verde) e a agricultura não familiar produziu 1.602 Kg/ha, o que representou 75,16%.

Os dados da MRH de Capelinha permitem comparar a produtividade da agricultura familiar em relação à agricultura não familiar. O arroz em casca produzido pela agricultura

familiar (852 Kg/ha) representou 94,25% da produção por hectare da agricultura não familiar (852 Kg/ha). O feijão preto produzido pela agricultura familiar foi de 359 Kg/ha e na agricultura não familiar foi de 492 Kg/ha, cerca de 72,97%. A produtividade do feijão de cor da agricultura familiar (264 kg/ha) representou 74,37% da agricultura não familiar (355 kg/ha). A produtividade do feijão fradinho (318 Kg/ha) da agricultura familiar foi de 86,18% da agricultura não familiar (369 Kg/ha). A mandioca produzida pela agricultura familiar foi 1689 Kg/ha, o que representa 66,79% da agricultura não familiar (2.529 Kg/ha). O milho em grão produzido pela agricultura familiar foi de 926 Kg/há e o da agricultura não familiar foi de 1.114, ou seja 83,12%. Já a produtividade do café da agricultura familiar foi de 982 kg/ha e o da agricultura não familiar foi de 1.368, o que representa aproximadamente 71,78%. O café canéfora (robusta, conilon em grão verde) produzido pela agricultura familiar foi de 1.110 Kg/ha e o da agricultura não familiar foi de 941 Kg/ha, ou seja, a produtividade da agricultura familiar foi superior, cerca de 117,96%.

Na produção agrícola, tanto em MG quanto na MRH, muitas culturas, na agricultura familiar, colhem mais áreas desses produtos do que a agricultura não familiar. Em Minas Gerais, a área colhida de: arroz em casca, feijão preto, feijão fradinho, mandioca, milho em grão e café canéfora, é maior na agricultura familiar que na não familiar. Já na MRH de Capelinha apenas a área colhida do café na agricultura familiar não ultrapassa a área da agricultura patronal. Apesar, dessa última, deter a maior parte das terras.

O beneficiamento de produtos agropecuários também constitui uma importante fonte de renda para os agricultores familiares, pois agrega valor ao produto. Estes alimentos fazem parte do cotidiano alimentar das famílias que produzem e das pessoas desse lugar. Alguns desses produtos são: aguardente de cana, farinha de mandioca, fubá de milho, queijo e requeijão, rapadura e goma. Segundo o Censo Agropecuário – IBGE (2006), mais de 22% dos agricultores familiar da MRH de Capelinha produzem algum desses produtos da agroindústria doméstica. O município com maior expressão nessa produção é Veredinha – MG, que apresenta 57% dos agricultores familiares com essa atividade. O valor médio gerado por agricultor por ano para essa produção é de R\$2.686,32. E o município com maior valor médio gerado por ano é Carbonita, em que cada agricultor recebe em média R\$18.682,16 (IBGE, 2006).

O destino dessa produção pode variar entre autoconsumo e vendas, no caso de vendas podem ser para cooperativas, indústrias, intermediários, governo, e diretamente ao consumidor. Na MRH de Capelinha esses produtos têm destaque na venda direta ao consumidor, que se estabelecem nas feiras livres municipais. Também é bastante expressivo o percentual dessas produções que são destinadas ao consumo das próprias famílias, as produções do fubá de milho e da goma, por exemplo, são mais de 90% autoconsumida. Também é bastante expressivo o autoconsumo do café torrado e da farinha de mandioca.

O consumo de agrotóxico na agricultura familiar e na agricultura não familiar também foi explicado pelo Censo Agropecuário. Os dados analisados na pesquisa revelam a baixa utilização de agrotóxicos pela agricultura familiar, sendo que na MRH de Capelinha 95,31% dos agricultores familiares não utilizam agrotóxico, o município mais expressivo, da agricultura familiar, nesse uso é Capelinha, onde 31,28% dos agricultores familiares fazem uso de algum agrotóxico. Dentro da agricultura não familiar, o município em destaque é Capelinha, onde quase 60% dos produtores utilizam agrotóxicos.

Dada a forte presença da agricultura tanto em Minas Gerais quanto na MRH de Capelinha, há uma alta demanda por assistência técnica especializada, nessas regiões. Percentualmente, em Minas Gerais 44,53% dos agricultores não familiar recebem algum tipo de orientação técnica, enquanto na agricultura familiar 20,89% deles recebem. Já na MRH de Capelinha o percentual diminui para ambos tipos de agricultura, sendo que 15,79% dos agricultores não familiar e 6,96% da agricultura familiar recebem assistência. Porém, o número de agricultores familiares tanto em MG quanto na MRH são muito maiores que o número de agricultores patronais. Portanto,

o número de agricultores familiares que recebem é maior que o número de agricultores não familiar.

A origem dessa orientação técnica pode ser do governo federal ou estadual; própria ou do próprio estabelecimento; cooperativas; empresas integradoras; empresas privadas de planejamento; organização não-governamental; ou outro tipo. De acordo com o Censo 2006, em MG e na MRH de Capelinha a assistência técnica oferecida pelo governo (federal, estadual ou municipal) é predominante na agricultura familiar, já na agricultura não familiar se destaca a assistência própria ou do próprio produtos, que é aquela contratada diretamente pelo agricultor.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as características demográficas e produtivas da MRH de Capelinha a partir de quatro bases quantitativas de acesso público, que são: Censo Agropecuário 2006; Censo Demográfico 2010; Índice Mineiro de Responsabilidade Social; Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A base de dados construída permitiu o acesso a um vasto conteúdo de informações sobre demografia, programas públicos, e agropecuária na Microrregião Homogênea de Capelinha. Os desafios metodológicos foram superados, o que permitiu fazer uma análise dos dados, transformando-os em informações relevantes tanto para a sociedade quanto para o poder público que poderá usá-las na formulação de políticas públicas específicas para a região.

Destaca-se que a população rural da Microrregião Homogênea de Capelinha é, proporcionalmente, três vezes superior à população rural de Minas Gerais. Portanto, há mais pessoas no rural da MRH do que em Minas Gerais. A pesquisa revelou que na infância, adolescência e início da idade produtiva, em geral, os habitantes da MRH de Capelinha se dividem igualmente entre o campo e a cidade. Essa constatação desfaz o mito de que não existem jovens nas áreas rurais. Entretanto, as pessoas em na faixa dos 25 a 39 anos, portanto idade produtiva, residem em maior número na área urbana. Em Minas Gerais e na microrregião estudada os estabelecimentos rurais, em sua maioria, são chefiados pelos homens, o que demonstra a força do modelo patriarcal. Entretanto, à medida em que a idade avança, o percentual de mulheres na direção dos estabelecimentos aumenta.

Com relação à estrutura fundiária, os dados mostraram uma concentração de terras na agricultura não familiar tanto em Minas Gerais quanto na microrregião estudada. Apesar da agricultura familiar possuir maior número de estabelecimentos, eles contemplam menores áreas.

Os dados mostraram a relevância dos programas públicos para a região estudada. Com relação ao PRONAF, ao se comparar a safra 15/16 com a safra 14/15 verificou-se que a houve redução tanto no número de contratos quanto nos valores financiados. O Bolsa Família, que beneficia as populações rural e urbana houve aumento da população atendida entre 2004 e 2010 e uma pequena queda entre 2010 e 2016. Apesar dessa redução do número de famílias, houve aumento do valor financeiro transferido entre 2004 e 2016.

A produtividade agrícola da agricultura familiar da Microrregião Homogênea de Capelinha foi, proporcionalmente, superior do que a de Minas Gerais em todos os alimentos pesquisados (arroz em casca, feijão preto, feijão de cor, feijão fradinho, mandioca, milho em grão, café e café canéfora). Ressalta-se que na MRH de Capelinha, cerca de 95% desses alimentos são produzidos sem o uso de agrotóxicos. Com relação à assistência técnica, foi possível constatar que ainda existe uma grande demanda não atendida em Minas Gerais e na Microrregião Homogênea de Capelinha.

Referências

- ABRAMOVAY R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS. 2003.
- ANTUNIASSI, M. H. R.. Estrutura fundiária, produção e pessoal ocupado na agropecuária da Microrregião Homogênea Serra de Botucatu. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE A AGROPECUÁRIA NA REGIÃO DE BOTUCATU, 1, 1989, Botucatu: FCA/Unesp, 1989. p.20-42.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 jul. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 9 nov. 2015.
- CANDIOTTO, L.Z.P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.
- CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005.
- CHIODI, R. E. **Programas públicos e disponibilidade de água na região do Planalto, Município de Montes Claros – MG**. Dissertação (mestrado), ICA/UFMG, 2009.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 643-668, Out/Dez. 2014.
- GALIZONI, F.M. **A terra construída**. Dissertação (mestrado), FFLCH-USP, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuários Estatísticos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=censoagro>>. Acesso: jun. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: jun. 2018
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão político-administrativa do Brasil, 2015. Disponível em <www.ngb.ibge.gov.br>. Acesso: jun. 2018.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (IDENE). Projeto de Construção de cisternas de placas no Norte e Nordeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDVAN – IDENE, 2010.
- LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: comparação internacional, uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1997. 336 p.
- MALTEZ, M. A. A Microrregião Homogênea de Capelinha. Não publicado, 2018.
- MATTEI, L.; WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; NAMIZAKI, G.; NIEDERLE, S. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina. Anais da SOBER, 2007.
- OLIVEIRA, V. de. Natural disasters and economic growth in Northeast Brazil: Evidence from municipal economies of the Ceará State. **Environment and Development Economics**, 24(3), 271-293. 2019.
- PEREIRA, C. S.; HESPANHOL, A. N.. Região e Regionalizações no estado de Minas Gerais e suas vinculações com as políticas públicas. **Revista de Formação**, v. 1, n. 22, p. 42-70, 2015.
- PRONAF completa 22 anos com números importantes para a história do Programa, 2017.

- Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa> >. Acesso em jun. 2018.
- RIBEIRO, E.M.; AYRES, E.B.; GALIZONI, F.M.; ALMEIDA, A.F.; PEREIRA, V.G. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.52, n.2, Brasília-DF, 2014.
- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F. M. ; CALIXTO, J. S. ; ASSIS, T.R.;AYRES, E. C. B.; SILVESTRE, L.H. . Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 7, p. 77-99, 2005.
- RIBEIRO, A.E.M.; GALIZONI, F.M.; SILVESTRE, L.H.; CALIXTO, J.S.; AYRES, E.C.B.; ASSIS, T.P. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 1075-1102, 2007.
- SCHIERHOLT, M. I.; SILVA JR, G. E. Desigualdade de renda nas microrregiões do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. **Revista do CEPE**, n. 44, p. 17-38, Santa Cruz do Sul, 2016.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do Ceam, UnB**. v. 5, nº 17, p. 23-41, 2005.
- SILVA, J. G da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.
- SOUZA, R. P. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 109-126, Jan./Mar. 2019.